



<b>CADERNO</b>	7. GESTÃO DE RISCO
<b>FICHA</b>	7.3. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

O presente documento constitui uma Ficha que é parte integrante de um Caderno temático, de âmbito mais alargado, não podendo, por isso, ser interpretado separadamente.

## 1. ANÁLISE ESTRATÉGICA

A análise estratégica realizada para a Gestão de Riscos associada à Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI) baseou-se na metodologia SWOT- strengths, weaknesses, opportunities and threats. Foram, assim, identificados e enumerados os principais factores que constituem os pontos fortes e pontos fracos internos à Gestão de Riscos associados à DFCI. Na mesma análise foram igualmente expostas as principais variáveis externas, no sentido de serem parte dos sistemas envolventes, sob a forma de oportunidades e ameaças, na medida em que indiciam as tendências que apresentam maior relevância.

Na tabela 1 estão identificados os principais pontos fortes e fracos internos que decorrem do diagnóstico realizado na ficha correspondente:

**Tabela 1**

Identificação dos pontos fracos e pontos fortes internos

<b>PONTOS FRACOS</b>	<b>PONTOS FORTES</b>
<b>PFR. Gestão de Riscos</b>	<b>PFT. Gestão de riscos</b>
PFR.1. Os agentes de DFCI não sustentam o seu planeamento e as suas decisões com base no risco	PFT.1. Existem vários centros de competência com " <i>Know-how</i> " em termos de produção de informação necessária à gestão de Riscos associados à DFCI
PFR.2. Nos processos de definição e produção dos	PFT.2. Existe antecedentes quanto à produção de



PONTOS FRACOS	PONTOS FORTES
índices, não se verifica o desejável envolvimento de todos os intervenientes oficiais na gestão pró-activa de riscos, nomeadamente os operacionais directamente ligados à DFCI	cartografia de risco estrutural
PFR.3. Entre entidades oficiais, chega a ser necessário recorrer ao pagamento da informação disponível (ex. Cartografia) e a informação crítica de agentes privados de DFCI, não é partilhada as entidades oficiais	PFT.3. Existe antecedentes quanto à produção do índice de risco dinâmico
PFR.4. A informação de uso (ocupação) do solo empregue na produção dos índices está desactualizada (1990) e a mais recente não está disponível (CorineLandcover 2000)	PFT.4. Observam-se índices elevados de preocupação pública com os problemas ambientais
PFR.5. Existe dispersão legislativa, ou mesmo lacunas, relativamente à responsabilidade pela produção e divulgação de Cartografia e Índices de Risco, aos diferentes níveis de agregação territorial (Municipal, Distrital e Nacional)	PFT.5. Verifica-se um elevado índice de preocupação pública com o risco de incêndio florestal, enquanto risco de escala nacional
PFR.6. Não está padronizado nenhum formato de dados comum, de forma a permitir receber e utilizar informação proveniente de várias fontes	PFT.6. Constata-se que de entre os indivíduos que consideram existir riscos nas suas localidades de residência, o risco de incêndio florestal é o terceiro risco mais indicado.
PFR.7. Não existe "know-How" prático no cálculo do Índice de Risco Integrado	PFT.7. constata-se que as atitudes favoráveis à ciência têm vindo a crescer e tendem a ser ligeiramente superiores à média Europeia
PFR.8. Existem várias concretizações de cartografia de risco de incêndio florestal (Municipal, Distrital e Nacional) produzidas com base em métodos distintos (dispersão de variáveis)	
PFR.9. Constata-se que são ainda poucos os indivíduos que se mostram preocupados com a	



PONTOS FRACOS	PONTOS FORTES
existência de riscos à escala local	

Apresenta-se agora a Tabela 2 onde estão identificadas as oportunidades e ameaças externas, relativas à envolvente da gestão de riscos na DFCI.

**Tabela 2**

Identificação das oportunidades e ameaças externas

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<b>OP. Gestão de Riscos</b>	<b>AM. Gestão de Riscos</b>
OP.1. Novas tecnologias potenciam a recolha, tratamento e difusão da informação no processo de Gestão de Riscos	AM.1. Na comunidade de agentes de DFCI, não existe uma cultura de gestão de risco com as consequências operacionais de uma análise criteriosa de múltiplos factores
OP.2. Existe competência técnica a nível nacional, internacionalmente reconhecida aos principais intervenientes no sector	AM.2. A dispersão de actividades, muitas vezes concorrenciais no âmbito e no objecto de tarefas associadas à caracterização do risco entre Instituições de Investigação e Desenvolvimento (privadas e públicas)
OP.3. Existe doutrina e normas reconhecidas internacionalmente, especialmente a nível europeu	AM.3. Não existe certificação da qualidade dos dados bem como dos produtores de informação
OP.4. Novas tecnologias permitem actualmente fornecer maior fluxo de informação sobre riscos ao público em geral; de entre elas, salientam-se os meios de comunicação social, designadamente a televisão.	AM.4. Mais de metade dos indivíduos alegaram não ter o hábito de procurar informação sobre os riscos que afectam o país ou as suas localidades



<p>OP.5. Constata-se que a confiança depositada no Estado, por parte do público, no que à preocupação com o risco de incêndios florestais diz respeito, assume níveis elevados.</p>	<p>AM.5. O hábito de procura de informação é menor nas pessoas mais idosas, menos escolarizadas, trabalhadores manuais e com salários mais reduzidos, perfil que se encontra próximo do perfil sociográfico de grande parte dos grupos sociais, cuja actividade se relaciona mais directamente com a floresta.</p>
	<p>AM.6. Acentuada desconfiança do público em geral relativamente à informação fornecida pela administração central e empresas.</p>
	<p>AM.7. O recurso exclusivo, por parte do sistema político, ao conhecimento pericial na tomada de decisões em matéria de risco (a não incorporação no processo da tomada de decisões do conhecimento leigo).</p>
	<p>AM.8. A não criação de mecanismos que garantam a participação dos cidadãos pode resultar numa diminuição da eficácia e da legitimidade das decisões em matéria de risco.</p>
	<p>AM.9. Os processos político-administrativos relativos à gestão dos riscos que tendem a mobilizar rotinas de negação, contribuem para elevar os níveis de permissividade e atribuir as consequências a erros humanos e não a erros do sistema</p>

## **2. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS**



A análise da gestão de riscos associada à DFCI, juntamente com a identificação dos pontos fortes e fracos nesta área e as ameaças e oportunidades externas com ela relacionados, permite sugerir as seguintes orientações estratégicas:

- 1.** Adoptar uma doutrina nacional (oficial) e única para a Gestão de Riscos associada à DFCI, baseada em normas internacionais (de preferência europeias).
- 2.** Divulgar as ferramentas de gestão de risco a todos os agentes de DFCI, através de acções de sensibilização e formação.
- 3.** Criar um Sistema Nacional de Gestão de Riscos associado à DFCI, com capacidade de identificar, analisar, planear, seguir e controlar os principais riscos que venham a ser levantados, e onde todos os intervenientes se sintam representados.
- 4.** Ligar, de forma vinculativa, o accionamento de determinados procedimentos operacionais e financeiros associados à DFCI, aos vários níveis de risco existentes.
- 5.** Rever a legislação de forma a identificar a entidade primariamente responsável, os demais interveniente (públicos e privados, produtores e utilizadores) bem como, clarificando as responsabilidades que cada um deve assumir no processo de Gestão de Riscos.
- 6.** Promover a gratuidade dos dados para uso oficial, bem como a sua padronização.
- 7.** Promover a certificação de qualidade dos dados e a acreditação dos intervenientes (especialmente os produtores de informação) associados à Gestão de Riscos.